



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA

Realizada no dia 05 de setembro de 2016

Ata n.º 17/2016

-----No dia cinco de setembro de dois mil e dezasseis, na vila de Penela, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Sessões da Câmara Municipal, reuniu a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, estando presentes os senhores Vereadores, Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos, Emídio Domingues, Rafael Cândido Justino Baptista e Paulo António Silva Roxo.-----

-----Secretariou a reunião a Técnica Superior, Ana Cristina Antunes de Castro.-----

-----Verificada a presença dos referidos membros, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, pelas catorze horas e trinta minutos, tendo a Câmara passado a ocupar-se da agenda de trabalhos, da qual faziam parte os seguintes pontos:-----

ORDEM DE TRABALHOS

ANTES DA ORDEM DO DIA:

1. Finanças Municipais;
2. Assuntos de interesse da Autarquia
3. Outras Intervenções

ORDEM DO DIA:

1. Leitura e aprovação da ata anterior.
2. Projetos e requerimentos de obras particulares.
3. Requerimentos diversos.
4. Expediente vário.
5. Rede de Águas Residuais de Louriceira, Venda das Figueiras e Câneve. Projeto.
6. Medalhas Honoríficas. Proposta.
7. Zona Industrial de Penela. Alteração ao loteamento.
8. VI OriBTT do Centro – Campeonatos Nacionais de Distância Longa e de Estafetas
9. Plano de Apoio ao Investimento.
 - 9.1 Cedência de parcela de terreno para instalação de unidade industrial.
 - 9.2 Cedência de parcela de terreno para ampliação de unidade industrial.
10. Apoios Municipais
 - 10.1 Irmandade de Nossa Senhora das Neves. Circuito de Ciclismo de Alfafar 2106.

-----Sendo catorze horas e trinta minutos o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, entrando-se na apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: Estiveram presentes e expuseram os seus problemas os seguintes Municípios, que obtiveram por parte do Executivo as respostas que adiante vão indicadas:---

DE POUPA - Carlos Estanqueiro, que disse na última 6ª feira ao deslocar-se para o Avelar, um javali bateu-lhe no carro, na zona do Ribeirinho, tendo o mesmo ficado danificado. Para além desse prejuízo, também tinha prejuízo nas culturas, principalmente nas vinhas.-----

O senhor Presidente, respondeu que fora feito um pedido de correção de densidade (abate dos animais) ao ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, tendo sido autorizada uma batida, sem recurso a armas de caça. O engenheiro responsável foi questionado de como seria feito o abate sem recurso a armas. Após resposta do ICNF e de reunião do Conselho Sinérgico, a Câmara Municipal enviou carta ao Ministro que tutela, expondo o problema, dando conhecimento ao ICNF. ---

DE SANTO ESTEVÃO – Dina Marta Ferreira e Irene Santos Baptista, que questionaram em que zona estava impedida a batida e se a Associativa tinha o feito o recenseamento do animal. Há mais de 3 anos que lutavam pela manutenção da agricultura. Disseram que não existia comunicação entre a Associativa e os habitantes, pois quando era contactada, não respondia. O Presidente da Associativa nunca dera resposta às missivas entregues. -----

A D. Irene Batista questionou quais eram as responsabilidades da Associação de Caçadores da Cumeira e Lagarteira dentro do contrato existente. Quem celebra um contrato tem deveres e obrigações.-----

A D. Dina Marta Ferreira disse que passara por um fogo, há cerca de 4 anos e sabia que se vedasse os terrenos não seria bom para a Proteção Civil.-----

-----O senhor Presidente da Câmara, respondeu que cada um deveria criar medidas para proteger os seus bens, salientando que deveriam ser aproveitados recursos/apoios comunitários. O Plano de Gestão Cinegético era efetuado anualmente pelas Associativas e previa as batidas a serem efetuadas e os animais a abaterem. O que acontecia era que os animais mudavam de local onde habitavam, deslocando-se em grupos para sua proteção. Em relação à falta de comunicação com a Associativa informou que a mesma poderia ser destituída. -----

De PORTO DA VILA - Abílio Simões, referiu que também “sofre” com os javalis. Tinha conhecimento que existiam apoios comunitários para recuperação/manutenção de acessos/caminhos. Uma vez que a estrada que vai para Porto de Vila não estava asfaltada questionou para quando estava previsto o mesmo e que, se fosse colocado tout-venant, o mesmo deveria ser feito no inverno, uma vez que aderiria mais facilmente. -----

Referiu, ainda, que existiam muitos terrenos abandonados e que as terras estavam com muitas silvas. A fiscalização, responsabilidade da autarquia, deveria atuar, uma vez que os terrenos abandonados permitiam o retorno dos animais. -----

-----O senhor Presidente da Câmara, respondeu que a medida que existia não contemplava o Porto da Vila/Porto Madeiro. A solução do problema passava pelo recurso a bens próprios da autarquia. O total do investimento era feito pela Câmara Municipal.-----

Em relação à questão colocada relacionada com a fiscalização disse que tinham sido efetuadas medidas de fiscalização preventiva e notificados os proprietários identificados para efetuarem a limpeza. Salientou que os habitantes poderiam substituir-se aos proprietários.-----

-----O senhor vereador, Paulo Roxo, questionou há quantos anos lutavam, tendo sido informado que há cerca de 10 anos que o problema era colocado. -----

-----O senhor Abílio Simões questionou qual o ponto de situação do gradeamento da ponte do Porto da Vila.-----

-----O senhor Presidente da Câmara, informou que era uma questão que, dentro de todas as colocadas, era a menos premente. -----

De SALGUEIRAS – José Freire Craveiro, disse que o Dr. Emídio Domingues sabia qual o problema. O portão fora colocado. Agora, solicitava a limpeza da estrada antiga que ligava ao Espinhal.-----

-----O Vice Presidente, Emídio Domingues, disse que averiguara o problema e que existiam questões que tinham de ser respondidas. Existiam documentos que mencionavam a existência de um caminho que servia só a quinta. Iria averiguar se a estrada era pública ou privada e, logo que possível, seria enviada resposta.-----

De ESTRADA DE VIAVAI – Albertino Rodrigues, que disse que o senhor Presidente da Câmara não o respeitava e lhe cortava a palavra. Tratava melhor uns municipais do que outros Informou que enviara carta colocando algumas questões e dera 10 dias para resposta. Passados 20 dias recebera uma carta que não respondia ao solicitado.-----

De SENHORA da GLÓRIA – Maria de Lurdes Conceição Santos, que disse que o assunto que a trazia à reunião de Câmara era a questão do regadio.-----
-----O senhor Presidente da Câmara, disse que iria falar com o Sr. Jaime. Salientou que a Câmara Municipal apresentou uma candidatura aos Regadios Tradicionais, tendo sido incluído o da Senhora da Glória.-----

De FREIXIOSA – Fernando Maria Rodrigues, solicitou ajuda para alcatroar a serventia da Freixiosa até à fonte. O tout venant existente deteriorava-se.-----
-----O senhor Presidente da Câmara, disse que fora lançado concurso para retificação de alguns troços, não contemplando este caminho. Iria analisar a situação.-----

De SANTO AMARO – Fernando Sousa, que que questionou qual era a data de conclusão da estrada junto à Frijobel e se estava previsto o alcatroamento do “quadrado” em falta na estrada que ligava o Espinheiro a Santo Amaro. Solicitou ainda que a Câmara tomasse diligências junto do Instituto de Estradas de Portugal no sentido de minimizar os ressaltos existentes no IC3, nomeadamente, junto ao cruzamento para o Rabaçal. Salientou que a autarquia deveria ter um colaborador a fiscalizar as Estradas de Portugal.-----

Concluiu questionando o porquê de a fatura de água mencionar tarifa de resíduos sólidos fixa e variável.-----
-----O senhor Presidente da Câmara, respondeu que o prazo de conclusão da obra junto à Frijobel terminava a 28 de setembro, do corrente ano e, que iria averiguar a questão relacionada com o alcatroamento do “quadrado”. Em relação aos “ressaltos” informou que a responsabilidade era das Estradas de Portugal e, que já fora colocada a questão. Inicialmente a reparação estava prevista para dois mil e dezasseis, tendo sido reagendada para dois mil e dezoito. Com abertura da nova unidade da Frijobel, o trânsito iria aumentar, pelo que a população deveria manifestar-se junto do Instituto.-----
Concluiu dizendo que o regulamento de águas estava elaborado de acordo com a legislação em vigor e o ERSAR-Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, salientando, que na sua opinião, deveria existir uma tarifa única para todo o país.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. FINANÇAS MUNICIPAIS - Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número cento e sessenta e nove (referente ao dia útil anterior - sexta-feira) o qual apresenta os seguintes valores:-----

-----SALDO EM DOCUMENTOS: 520.146,87€ – quinhentos e vinte mil, cento e quarenta e seis euros e oitenta e sete cêntimos;-----

-----SALDO EM OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: - 343.565,34€ – trezentos e quarenta e três mil, quinhentos e sessenta e cinco euros e trinta e quatro cêntimos;-----

-----SALDO EM OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: -176.581,53€ – cento e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e um euros e cinquenta e três cêntimos.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----2. INFORMAÇÕES:-----

-----RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO SENHOR PRESIDENTE:-----

2.1 - RELAÇÃO DE EMPREITADAS E FORNECIMENTOS: Foi apresentada a relação das adjudicações por ele efetuadas, no uso da Delegação de competências que lhe foi conferida por deliberação de 19 de outubro de 2013, durante o mês de agosto último.-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

2.2 - PAGAMENTOS: - Foi presente a relação dos pagamentos efetuados durante o mês de agosto último, no uso da Delegação que lhe foi conferida por deliberação Camarária de 19 de outubro de 2013, que importa em trezentos e sessenta e cinco mil cinquenta e sete euros e setenta e um cêntimos.

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.

-----Os vereadores do partido socialista apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

-----“A relação de pagamentos presente mais uma vez não vem acompanhada dos necessários elementos identificadores e justificativos de suporte da despesa”.-----

2.3 - LICENÇAS PARA OBRAS: Foi apresentada a relação das obras autorizadas pelo senhor Presidente, no uso da Delegação de competências que lhe foram conferidas por deliberação de 19 de outubro de 2013, durante o mês de agosto último, bem como as restantes licenças concedidas.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2. ASSUNTOS DE INTERESSE DA AUTARQUIA-----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que: -----

-----CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL: No passado dia 25 de agosto decorreu a reunião do Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal. Da Ordem de Trabalhos constava a Emissão de parecer referente à Transferência de Gestão da ZCM das Freguesias de Lamas e Podentes. Foi também levantada pelo Município a questão referente à destruição de colheitas pelas diversas espécies cinegéticas, designadamente javalis e veados. Na sequência desta reunião o Município endereçou uma carta ao Ministro da Agricultura e ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, solicitando a tomada de medidas urgentes. Como proposta indicamos a possibilidade de no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2020, ser constituída uma medida que participe as medidas de autoproteção das propriedades. Segue, abaixo, transcrição da carta enviada: -----

-----“A atividade cinegética quando gerida de modo sustentável constitui uma importante ferramenta para a gestão e conservação da natureza e da biodiversidade, contribuindo para desenvolvimento equilibrado das economias e comunidades rurais.-----

-----No entanto verifica-se que esta atividade desenvolvida no concelho de Penela tem provocado, frequentemente, impacto negativo nas atividades agrícolas e silvícolas, devido a um conjunto de fatores nomeadamente: i) o despovoamento das zonas rurais; ii) o abandono da atividade agrícola; iii) a alteração do coberto vegetal que deixa de proporcionar a existência de habitat que favorecem a fixação das diversas comunidades cinegéticas; iv) a realização de atividades diversas (desportivas e outras) em espaços de montanha. -----

-----A gestão da atividade cinegética pressupõe um acompanhamento e monitorização das espécies e a manutenção de relações de proximidade com os proprietários dos terrenos onde se desenvolve a caça, na tentativa de resolução de problemas/ prejuízos que vão surgindo. -----

-----Uma vez que as culturas agrícolas e florestais localizadas nas proximidades das áreas em que se verifica a presença de ungulados, são suscetíveis à ocorrência de estragos com elevado impacto económico, verifica-se um descontentamento generalizado dos agricultores locais. Tendo presente estas situações as entidades gestoras das zonas de caça associativa e municipal têm desenvolvido ações de ordenamento e gestão cinegética, nomeadamente a correção de densidades com vista à minimização dos prejuízos e de outros impactos nas atividades agrícolas e florestais. Constata-se que apesar destes esforços na implementação de uma estratégia de atuação conjunta para resolução dos problemas apresentados pelos agricultores, capaz de possibilitar a coabitação duma gestão sustentável dos recursos cinegéticos com a manutenção da atividade agrícola tradicional e familiar no

concelho, os problemas persistem e tendem mesmo a agravar o grau de conflitualidade existente entre as entidades gestoras das Zonas de Caça e os proprietários e produtores agrícolas e florestais de espaços localizados na envolvente dos aglomerados populacionais. É nestas áreas que as espécies cinegéticas encontram áreas de refúgio, alimentação e nidificação pelo facto de serem zonas de proteção, onde o exercício do ato venatório é proibido por questões de segurança de pessoas e bens. -

-----O problema tem sido agravado com a autorização de ocupação do espaço agrícola e florestal por plantações de crescimento rápido, designadamente, eucalipto em prejuízo das áreas de conservação definidas no Plano Municipal de Ordenamento do Território. -----

-----Face ao exposto, vimos por este meio solicitar a V. Exa a tomada de medidas de carácter urgente no sentido de salvaguardar a propriedade e os bens, nomeadamente a possibilidade de considerar no período de vigência do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020), mecanismos de apoio às entidades gestoras de zonas de caça associativa ou municipal direccionados, designadamente, para a aplicação de medidas de autoproteção dos agricultores, em áreas classificadas de proteção, ao abrigo da legislação em vigor, de modo a compatibilizar a atividade cinegética com a atividade agrícola.”-----

-----**XXVII FEIRA DO MEL:** Decorreu no passado fim-de-semana mais uma edição da Feira do Mel do Espinhal. Uma vez mais sendo escrupulosos na gestão dos recursos disponíveis, podemos fazer um balanço positivo deste evento. O número de apicultores manteve-se relativamente às edições anteriores e sem prejuízo de podermos melhorar os aspetos relativos ao processo de certificação este é um momento muito importante na valorização dos recursos endógenos e na afirmação da identidade territorial do Espinhal. Importa salvaguardar que os participantes no certame (incluindo artesãos e participantes no mercadinho tradicional) se revelaram bastante satisfeitos com a organização e com o negócio. -----

-----**V BIENAL DE HUMOR LUIZ D'OLIVEIRA GUIMARÃES:** Realizou-se nos dias 3 e 4 de setembro a V Edição da Bienal de Humor LOG. A Bienal de Humor é uma organização conjunta do Município de Penela, Família Oliveira Guimarães e Freguesia do Espinhal, uma vez mais integrada na Feira do Mel. -----

-----O Concurso Internacional de Caricaturas contou que vem despertando um cada vez maior interesse, quer a nível nacional quer a nível internacional contou com a apresentação a concurso 601 trabalhos de 253 artistas provenientes de 55 países. Este ano o 1.º classificado é um iraniano. -----

-----A importância deste evento, internacionalmente reconhecido como um dos certames de humorismo gráfico de maior dimensão, apenas é possível pelo envolvimento das 3 entidades organizadoras. Em nome do Município deixava o agradecimento a todos os que colaboraram na organização da Bienal de Humor e que participaram nos vários momentos do programa, nomeadamente na Tertúlia, na representação da peça de teatro, no espetáculo de stand-up comedy e, naturalmente, no concurso de cartonismo. -----

3. OUTRAS INTERVENÇÕES:-----

-----O Senhor Vice-Presidente:-----

-----Congratulou-se com o sucesso da V Bienal de Humor Luiz D'Oliveira Guimarães. Dizendo que era fácil criar um evento, difícil era mantê-lo durante tantos anos, com qualidade. Evento de alguma dimensão que envolve vários colaboradores, família e Junta de Freguesia do Espinhal, reconhecendo a disponibilidade dos colaboradores da Câmara Municipal durante o evento. -----

-----Informou que decorrem trabalhos arqueológicos junto à capela de São Simão com a participação de voluntários de várias zonas do país. -----

----- O Senhor Vereador Rafael Baptista:-----
----- Regozijou-se pelos êxitos da XXVIII Feira do Mel do Espinhal e da V Bienal de Humor Luiz D'Oliveira Guimarães.-----
----- Informou que no próximo dia 08 do corrente mês irá realizar-se o X Fórum da Educação.-----

----- O senhor Vereador Eduardo Santos:-----
----- Deixou o agradecimento especial à família Oliveira Guimarães pelo simpático convite que lhe foi endereçado para o almoço.-----
----- Referiu uma notícia publicada no Correio da Manhã sobre a existência de problemas com javalis em algumas localidades do concelho. Os estragos causados são onerosos para as populações. Sugeriu que fossem consideradas outras possibilidades e que por exemplo, fosse contactada a Federação Nacional de Caçadores de Arco e Flecha com vista à realização de uma batida no concelho, especialmente, na localidade dos Carvalhais.-----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que já tinha sido solicitado apoio ao ICNF- Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. O problema persistirá enquanto floresta tradicional (medronheiros, castanheiros, carvalhos, entre outros) for substituída por eucaliptos. Os animais deixam de ter alimentos e descem às localidades à procura.-----

----- O senhor vereador Rafael Baptista interveio referindo que o Eng^o Rui Melo dissera que o problema era nacional e não só do concelho de Penela. A solução passava pela vedação dos terrenos com arame farpado.-----

----- O senhor vereador Eduardo Santos salientou que o Correio da Manhã referia que o Presidente da Câmara disse que "cada um deve proteger o que é seu". Questionou se esse é realmente o seu entendimento e de quem é o dever de fiscalizar as Associações de Caçadores.-----

----- O senhor Presidente da Câmara disse que a posição da Câmara seria exarada em ata, informando que a fiscalização era responsabilidade do ICNF, com base no acordo cinegético.-----

ORDEM do DIA

1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior, em virtude de ter sido previamente distribuída a todos os elementos deste Executivo, estando em conformidade com a minuta respetiva, pelo que foi a mesma aprovada por unanimidade e assinada.-----

2. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS: Foram presentes os pedidos de obras a seguir mencionados, sobre os quais a Câmara Municipal, tomou conhecimento do deferimento da arquitetura:-----

- Processo nº 14/2016 - Bruno Tiago Rodrigues Craveiro, residente no Dueça, concelho de Penela, apresentando projeto para obras de construção de uma moradia, no Lote nº 10, do Loteamento da Camela, União de Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal.-----

- Processo nº 11/2016 - Vânia Patrícia Marques de Almeida Brunido, residente na Urbanização Quinta do Barroso, lote B7, r/c Esq, no Sebal, concelho de Condeixa a Nova, apresentando projeto para obras de construção de uma moradia, em Podentes, Freguesia de Podentes.-----

3. REQUERIMENTOS DIVERSOS: Não houve.-----

4. EXPEDIENTE VÁRIO: Não houve.-----

5. REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DE LOURICEIRA, VENDA DAS FIGUEIRAS E CÂNEVÉ. PROJETO:
Pelo senhor Presidente foi presente a informação da Divisão Técnica de Obras e Serviços Urbanos, cujo texto a seguir se dá por reproduzido:-----

"Enquadramento nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)-----
A presente informação refere-se ao enquadramento da pretensão nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), de acordo com o previsto no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), nomeadamente o artigo 21º.-----

"Artigo 21.º-----
Apreciação dos projetos de loteamento, de obras de urbanização e trabalhos de remodelação de terrenos.-----

A apreciação dos projetos de loteamento, obras de urbanização e dos trabalhos de remodelação de terrenos pela câmara municipal incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento do território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como sobre o uso e a integração urbana e paisagística."-----

ENQUADRAMENTO-----
O processo em apreço refere-se às obras de urbanização referentes às infraestruturas de recolha e transporte de águas residuais geradas nos aglomerados populacionais de Freixial, Vendas das Figueiras e Comareiros, na freguesia da Cumieira.-----

A área de intervenção a que se refere o presente processo engloba as localidades já referidas assim como as vias de ligação entre elas. Na totalidade dos troços, à exceção da área que contempla a ligação entre as cinco caixas de visita mais próximas da caixa do emissário EI - 048, o coletor não abandona os arruamentos existentes (mesmo considerando que as primeiras cinco caixas de visita do coletor 9.1 se encontram localizadas em via pública não classificada.-----

Ao nível dos instrumentos de gestão do território em vigor, a área de intervenção encontra-se abrangida pelo Plano Diretor Municipal de Penela (PDM), nos aglomerados urbanos de Freixial, Vendas das Figueiras e Comareiros, como Solo Urbano, classificada como Área Residencial do Tipo III (Urbanizado) e Espaços Verdes (Urbanizável), aplicando-se, com especial ênfase, respetivamente: Capítulo III, Secção II – Disposições comuns ao Solo Rural e Urbano; Capítulo V, Secção I – Solo Urbanizado, arts.º 60.º e 63.º; Capítulo V, Secção II – Solo Urbanizável, arts.º 73.º e 74.º do PDM.-----

Na restante área, a pretensão localiza-se em Solo Rural, classificado como Área Agrícola de Produção ou como Área Agrícola de Conservação, aplicando-se, respetivamente: Capítulo III, Secção II – Disposições comuns ao Solo Rural e Urbano; Capítulo IV, Secção III – Espaço Agrícola, arts.º 30.º e 31.º; arts.º 34.º e 35.º do PDM. Esta área, classificada como Solo Rural, engloba solos integrados em Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN), nesta segunda servidão como Leitões e Margens dos Cursos de Águas (LMC).-----

Parte da área localizada em Solo Rural, encontra-se ainda classificada como Estrutura Ecológica Rural, aplicando-se, de acordo com o PDM, o art.º 76.º daquele diploma legal. O mesmo acontece com a área classificada como Espaços Verdes que acumula a integração na Estrutura Ecológica Urbana, aplicando-se, o mesmo diploma legal.-----

De referir ainda que, ao nível dos Espaços Comuns ao Solo Rural e Urbano, a área de intervenção engloba Espaços Canais (MC 110) aplicando-se, com especial ênfase: Capítulo VI, Secção III – Espaços Canais, arts.º 81.º e 82.º do PDM.-----

ANÁLISE-----
1 - Face ao Plano Municipal de Ordenamento do Território, a pretensão que se encontra localizada em Solo Urbano, classificado como Área Residencial do Tipo III (Urbanizado) e Espaços Verdes (Urbanizável) cumpre as disposições constantes do plano;-----

2 – No que diz respeito aos solos integrados em RAN, as ações interditas estão identificadas no art.º 21.º e 22.º do Decreto-Lei 73/2009, de 31 de março, onde se incluem as obras de urbanização com exceção, nomeadamente, das infraestruturas públicas de saneamento [alínea l) do n.º 1 do art.º 22.º do referido Decreto-Lei]. As utilizações não agrícolas de áreas integradas em RAN, quando sujeitas a licenciamento, estão sujeitas a parecer prévio vinculativo das respetivas entidades regionais da RAN, tal como estabelece o art. 23.º do referido Decreto-Lei e a sua viabilização depende igualmente do cumprimento dos limites e condições constantes do art.º 12.º da Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril. Relativamente às áreas incluídas em REN [Leitos e Margens dos Cursos de Águas (LMC)], de acordo com o art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei 239/2012, de 2 de novembro, são interditos os usos e ações que se traduzam por obras de urbanização. Estas ações poderão ser viabilizadas se consideradas compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de redução de riscos naturais de áreas integradas em REN, nas condições referidas nos n.º 2 e 3 do referido artigo. Desta forma, como a referida ação consta da d) do item II do anexo II do referido diploma legal estamos perante uma operação urbanística sujeita a comunicação prévia à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). A sua viabilização depende igualmente do cumprimento dos limites e condições constantes da d) do Item II do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro. Por outro lado, uma vez que a pretensão interfere com o domínio hídrico (entre as caixas de visita propostas n.º 345 e 346), será necessário solicitar parecer à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), ao abrigo do Regime da Utilização dos Recursos Hídricos, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, alterado pelos Decretos-Leis n.º 391-A/2007, de 21 de dezembro, 93/2008, de 04 de junho, 107/2009, de 15 de maio, 245/2009, de 22 de setembro, 82/2010, de 2 de julho, e pela Lei n.º 44/2012, de 29 de agosto. -----

3 – Em relação às áreas classificadas como Estrutura Ecológica, a pretensão não contraria as disposições constantes do PDM; -----

4 – Em virtude da área de intervenção em causa englobar um troço da Estrada Municipal Coletora 110, considera-se que se encontram cumpridas as disposições do plano, deixando salvaguardadas, acrescidamente, as necessidades de sinalização temporária e reposição do pavimento do eixo viário, neste caso, já objeto da pretensão; -----

CONCLUSÃO -----

Face ao exposto, considera-se que existe a necessidade de solicitar o parecer prévio à Reserva Agrícola Nacional (RAN), à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) assim como sujeitar a operação urbanística em causa a comunicação prévia à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) em virtude das áreas incluídas em Reserva Ecológica Nacional (REN)..” -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto da Rede de Águas Residuais de Louriceira, Venda das Figueiras e Câneve. -----

6. MEDALHAS HONORÍFICAS. PROPOSTA: Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a informação a seguir transcrita, propondo a atribuição de medalhas honoríficas às entidades a seguir indicadas: -----

“INFORMAÇÃO PROPOSTA: -----

Nos termos do Regulamento de Concessão de Medalhas Honoríficas, aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal por deliberações de 8 e 26 de junho de 1998, respetivamente, propõe-se que a Câmara Municipal vote, por escrutínio secreto, a presente proposta de atribuição de medalhas honoríficas às entidades a seguir referenciadas para posterior aprovação pela Assembleia Municipal. -----

À consideração superior. -----

FLOPEN – ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS DO CONCELHO DE PENELA - Medalha de Mérito Associativo e Empreendedor.-----

Constituída em 24 de novembro de 2000 como associação de âmbito local, a FLOPEN – Associação de Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Penela – cresceu, criou filiais em Condeixa e Coimbra e é hoje uma associação de âmbito nacional, com estatuto de utilidade pública desde 2013 e equiparada a ONGA (Organização Não Governamental para o Ambiente), que presta serviços em todo o continente e, desde 2014, também na Madeira.-----

Ao longo destes quase 16 anos de existência a FLOPEN consolidou-se como um parceiro estratégico fundamental para os produtores e proprietários florestais, mas também para muitas outras entidades ligadas à fileira florestal, como demonstra a sua participação de referência no Fórum Florestal ou na Federação dos Produtores Florestais de Portugal, nas Comissões de Defesa da Floresta Contra Incêndios dos Concelhos de Penela e de Condeixa-a-Nova e, também do Distrito de Coimbra.-----

Destacou-se igualmente no processo de Certificação da Gestão Florestal como forma de valorizar os produtos retirados da floresta de uma forma socialmente aceite, economicamente viável e ecologicamente sustentável.-----

Com 464 associados e 15 colaboradores, uma gestão dinâmica e empreendedora sempre focada na prestação de serviços inovadores que acrescentem valor aos recursos florestais, a FLOPEN é já um dos principais agentes de desenvolvimento do concelho de Penela, da Região e do País.-----

Pelo exemplo de capacidade associativa e empreendedora e pelo importante estímulo para a dinamização da economia local, a FLOPEN – Associação de Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Penela é credora do Mérito Associativo e Empreendedor do Município de Penela.-----

ASSOCIAÇÃO QUINTA DAS PONTES - Medalha de Mérito Associativo e Social.-----
Constituída em 6 de outubro de 1999, a Associação Quinta das Pontes, a mais jovem Instituição Particular de Solidariedade Social do concelho, desde o início dedicada ao trabalho com cidadãos adultos portadores de deficiência e/ou doença mental, desenvolve a sua atividade através do Apoio social, do acolhimento no Lar Residencial e na Residência de Apoio Moderado, e da estimulação das autonomias pessoais e do equilíbrio emocional com as Atividades Ocupacionais.-----

Permanentemente em busca de novas respostas para velhos problemas, avançou com uma equipa de Serviço Domiciliário em Saúde Mental e desenvolveu o projeto Oportunidades criando uma resposta integradora dos seus utentes num serviço de catering para eventos públicos e privados.-----

Estruturada em valores como o respeito e a dignidade, a lealdade, a justiça e a equidade, a integridade, a privacidade e a confidencialidade, o rigor e a ética nas relações humanas, profissionais e institucionais, agindo sempre na perspetiva de dotar o utente das competências básicas que lhe permitam continuar a sua vida com o máximo de autonomia e de realização pessoal, a Associação Quinta das Pontes presta um elevado contributo para que todos possamos olhar a deficiência e/ou a doença mental com outros olhos.-----

Pelo exemplo de capacidade associativa e empreendedora, pelo contributo para a efetiva integração de cidadãos especiais, pelo exemplo de perseverança e determinação e pelo importante estímulo para a dinamização da economia local, a Associação Quinta das Pontes é credora do Mérito Associativo e Social do Município de Penela.-----

-----A Câmara Municipal, por escrutínio secreto, deliberou por unanimidade, aprovar as Propostas para atribuição de medalhas de Mérito Associativo e Social e de Mérito Associativo e Empreendedor e de e submete-las à Assembleia Municipal.-----

7. ZONA INDUSTRIAL DE PENELA, ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO: O documento foi retirado a pedido dos senhores vereadores do Partido Socialista em virtude do mesmo não ter sido remetido atempadamente.-----

8. VI ORIBTT DO CENTRO – CAMPEONATOS NACIONAIS DE DISTÂNCIA LONGA E DE ESTAFETAS: Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a informação a seguir transcrita: -----

“INFORMAÇÃO/PROPOSTA-----

Organizado pelo Clube de Orientação do Centro sob a égide da Federação Portuguesa de Orientação vai decorrer na Ferraria de S. João e percursos envolventes, nos dias 17 e 18 de setembro, a VI OriBTT, prova desportiva de orientação em BTT – Campeonatos Nacionais de Distância Longa e de Estafetas, constituída por competição, provas abertas e meia maratona com GPS, com a participação estimada de 200 a 250 atletas, com o seguinte programa:-----

Dia 1 - Sábado, 17 de setembro – Ferraria São João -----

11h00 - Abertura do Secretariado, na Arena-----

13h30 - Primeira partida – Campeonato Nacional Distância Longa-----

18h30 - Entrega de Prémios – Arena -----

Dia 2 - Domingo, 18 de setembro – São João do Deserto -----

08h00 - Abertura do Secretariado, na Arena-----

09h00 - Partida Campeonato Nacional Estafetas-----

09h30 - Partida Maratona BTT-----

12h30 - Entrega de Prémios – Arena -----

Trata-se de um evento oficial, à escala nacional, que aportará importante divulgação e promoção do Centro de BTT da Ferraria de S. João e dos percursos que lhe estão associados, contribuindo inclusivamente para a obtenção da homologação da infraestrutura e dos percursos, cujo processo está em curso, indispensável para a sua utilização mais regular em provas oficiais, nomeadamente de âmbito internacional. -----

Neste contexto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere apoiar a realização do VI OriBTT do Centro através da disponibilização de recursos logísticos, nomeadamente humanos e materiais para colaborar na limpeza e preparação dos percursos da rede. -----

O Professor Rafael salientou que são este tipo de provas que permitem que os percursos sejam conhecidos e que seja efetuada a homologação dos mesmos, entrando no circuito dos campeonatos.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, apoiar nos termos da informação “O Campeonato Nacional de Distância Longa e Estafeta”.-----

9. PLANO DE APOIO AO INVESTIMENTO:

9.1 -- CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL:

Pelo senhor Presidente da Câmara foi apresentada a proposta abaixo indicada:-----

-----“O empresário Paulo Roberto Garrido Macedo (que está no processo de criação de uma sociedade por quotas), solicitou um terreno com 2000 m² para acolher a instalação da unidade industrial que pretendem construir no sector de atividade ligado à produção, embalamento e comercialização de estratos vegetais a partir de ervas medicinais e, ainda, o fabrico de produtos biológicos.-----

-----Tendo em atenção que a empresa pretende ter a parte administrativa e comercial no HIESE, fará todo o sentido que a unidade de produção seja próxima. Assim, identificámos a possibilidade de cedência de uma parcela de terreno na Quinta do Vale do Espinhal para o efeito uma vez que

se trata de uma indústria de primeira transformação de produtos agrícolas.-----

-----A empresa funda este pedido na necessidade de otimização da produção, bem como na capacidade para dar resposta ao mercado onde opera. -----

-----No seu plano de negócio prevê valorizar as ervas aromáticas da região de Sicó através da extração de óleos essenciais para a indústria alimentar e cosmética, contribuindo assim para a valorização dos produtos endógenos e da marca Terras de Sicó. -----

-----O investimento estimado é de 1.000.000 euros, criará, no mínimo, 8 postos de trabalho (preveem criar até 20 postos de trabalho a longo prazo), necessitando de uma parcela com a área de 2.000 m² para construir um edifício com 1.000 m².-----

-----Considerando que:-----

-----Estamos perante uma empresa que, ao operar ao nível da inovação, aproveitamento e valorização dos produtos locais, nomeadamente as ervas aromáticas de Sicó, se enquadra no escopo do HIESE – Habitat de Inovação Empresarial nos Setores Estratégicos;-----

- A atividade em causa insere-se nos estabelecimentos industriais de primeira transformação de produtos agrícolas;-----

- O complexo do HIESE compreende a estrutura edificada – o HIESE propriamente dito – e toda a área agrícola da Quinta do Vale do Espinhal;-----

- Existe espaço disponível na denominada área agrícola com condições para acolher unidades desta natureza;-----

- A cedência de parcelas de terreno na Quinta do Vale do Espinhal para instalação de unidades industriais de primeira transformação de produtos agrícolas, florestais, minerais ou outros ligados ao sector primário, complementa o objeto do HIESE e cumpre o desígnio de promover o desenvolvimento sustentável do território;-----

- Atenta a especificidade da Quinta do Vale do Espinhal e a necessidade de conferir alguma versatilidade à dimensão e localização das parcelas a ceder em função da tipologia de atividade que se pretenda instalar, não se afigura razoável proceder à prévia demarcação rígida de parcelas;-----

-----Propõe-se que a Câmara Municipal delibere ceder a Paulo Roberto Garrido Macedo, uma parcela de terreno da Quinta do Vale do Espinhal, com a área de 2000 m², com a localização constante do documento em anexo, em regime de direito de superfície por um prazo de 50 anos, com capacidade para edificar as instalações industriais pretendidas. -----

-----À consideração superior.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ceder a Paulo Roberto Garrido Macedo, uma parcela de terreno da Quinta do Vale do Espinhal, com a área de dois mil metros quadrados, em regime de direito de superfície por um prazo de cinquenta anos, de acordo com o proposto na informação dos serviços. -----

9.2 CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO PARA AMPLIAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL:
Ponto retirado na sequência da retirada do ponto 7.-----

10. APOIOS MUNICIPAIS - IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS NEVES. CIRCUITO DE CICLISMO DE ALFAFAR 2106: Pelo senhor Presidente foi presente a proposta cujo texto a seguir se dá por transcrito:-----

-----“A Irmandade de Nossa Senhora das Neves apresentou um pedido de apoio a organização do 46º Circuito de Ciclismo de Alfafar a realizar no dia 28 de agosto.-----

Este evento com fortes tradições no nosso concelho é uma prova inscrita no calendário da Federação Portuguesa de Ciclismo e detentora de enorme prestígio junta de todos os amantes da modalidade em termos regionais.-----

O evento contribuiu ainda para a dinamização social e desportiva da aldeia de Alfafar em particular, mas também para freguesia de Podentes e para todo o concelho de Penela, pois é claramente um exemplo de perseverança e trabalho que uma comissão de festas vem desenvolvendo ao longo dos mais de 100 anos de tradição do circuito de ciclismo em Alfafar.-----

Sem o apoio do Município, a estrutura económica da localidade em particular e da freguesia em geral, não apresenta atualmente a dimensão suficiente para garantir a sustentabilidade deste projeto. -----


Consciente desta realidade, o Município, no estrito cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, deve apoiar a realização do Circuito de Ciclismo de Alfafar através da atribuição de um subsídio.-----

Como este evento constitui uma atividade de interesse municipal, de projeção em termos regionais e considerando que a matéria em apreço esta abrangida pelas competências do Município previstas no artº 23, nº 2, alínea f); e nas competências da Câmara Municipal previstas no art.º 33º, nº1, alíneas o): da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um subsídio de € 800,00 (oitocentos euros), a Irmandade de Nossa Senhora das Neves, de Alfafar.” -----

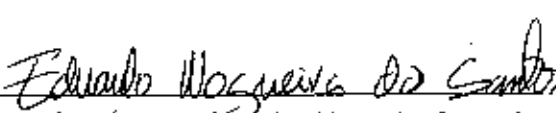
-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir o apoio municipal à Irmandade de Nossa Senhora das Neves, de Alfafar. -----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, sendo dezassete horas e trinta minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, tendo sido aprovada esta ata em minuta, nos termos do nº 3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro. -----

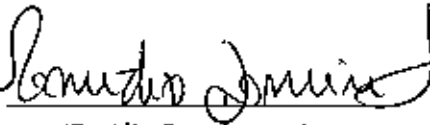
A Câmara Municipal,



(Luís Filipe da Silva Lourenço Matias)



(Eduardo Jorge Mendes Nogueira Santos)



(Ermidio Domingues)




(Rafael Cândido Justino Baptista)



(Paulo António Silva Roxo)

A Técnica Superior,



(Ana Cristina Antunes de Castro)